

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15359 - Resumo Expandido - Trabalho - 5ª Reunião Científica Regional da ANPEd Norte (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado, Política e Gestão da Educação Básica

AS CONFIGURAÇÕES HISTÓRICAS DO PARFOR COMO POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Sueli Andrade dos Santos - Universidade Federal do Pará (UFPA) - EDUCANORTE - PGEDA

Diomark Pereira de Araujo - ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

Maria de Fátima Matos de Souza - NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS/ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

AS CONFIGURAÇÕES HISTÓRICAS DO PARFOR COMO POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Resumo

Esta pesquisa discute o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR no contexto da Educação Básica pública Brasileira, a partir dos dados oficiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Formulou-se como problema de pesquisa: como o PARFOR vem se configurando como política de formação de professores da Educação Básica? O estudo tem como objetivo: analisar como o PARFOR vem se configurando como política de formação de professores da Educação Básica. A metodologia possui abordagem qualitativa, a partir da realização de pesquisa documental. Os resultados mostram que o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, se expandiu como via de acesso à Educação Superior, e apesar do reduzido número de concluintes, segue como efetiva política de formação de professores no Brasil.

Palavras-chave: PARFOR, Política pública, Formação de Professores.

INTRODUÇÃO

Dados oficiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, mediante realização de uma Sinopse Estatística realizada em 1995, mostraram que havia 827.072 mil, cerca de 58,67% de professores sem a formação adequada em atividade na Educação Básica do Brasil naquele ano. Desses, 65.209 mil estavam em exercício na etapa do Ensino Fundamental. Os dados revelaram ainda, que havia 694.224 mil professores com formação somente de Nível Médio.

Estes dados foram considerados alarmantes na época, exigindo do governo federal a pensar e construir políticas públicas em vista de superar tal problemática. A partir deste

cenário, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN de 1996, estabeleceu em seu artigo 62, que a formação docente deve ocorrer “em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos de educação.” (Brasil, 1996).

Dessa forma, para atender esta demanda, o governo federal criou-se em caráter emergencial e conjuntamente com a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, determinado pelo Decreto n. 6.755 de 29 de janeiro de 2009. De acordo com a página oficial do PARFOR no *site* do INEP, o programa visa: “contribuir para a adequação da formação inicial dos professores em serviço na rede pública de educação básica por meio da oferta de cursos de licenciatura correspondentes à área em que atuam.” (INEP, 2024).

Considerando importância de compreender as configurações históricas e políticas do PARFOR na Educação Básica brasileira, e como este programa vem atuando de maneira efetiva na Educação Básica do país, se formulou a seguinte questão de pesquisa: como o PARFOR vem se configurando como política de formação de professores da Educação Básica? O estudo tem como objetivo: analisar como o PARFOR vem se configurando como política de formação de professores da Educação Básica.

METODOLOGIA

A metodologia possui abordagem qualitativa, em vista desta abordagem proporcionar reflexões e discussões críticas do objeto de pesquisa que está sendo investigado. No que se refere ao tipo de pesquisa, fez uso da pesquisa bibliográfica e documental. A respeito da pesquisa bibliográfica, Fonseca (2002, p.31) afirma que ela “[...] é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web [...]”.

Já no que concerne a pesquisa documental, Helder (2006, p. 1-2) explica: “A técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. [...] é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas”.

O PARFOR NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A partir dos dados alarmantes apresentados pelo INEP na década de 1990 a respeito do grande quantitativo de docentes que não possuíam sequer formação no nível de ensino superior e estavam ministrando aulas na escola básica, a LDB/1996 instituiu que a formação de professores deve ocorrer essencialmente em curso de graduação em licenciatura em

universidades e institutos. Para atender essa demanda, o governo federal criou o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR.

Concorda-se com Souza (2017, p. 59) que “no Brasil e no mundo globalizado, a educação tem sido apresentada como a solução para as principais mazelas que afligem nosso planeta, da crise ecológica à crise social.” Assim, o professor está na espiral de políticas como o PARFOR, que surgiu com caráter emergencial, buscando formar de modo mais célere, os professores que não possuem a devida formação para lecionar na educação Básica Brasileira pública. Boschetti (2017), explica que o PARFOR surgiu para alcançar essa formação e atender às exigências do contexto neoliberal dos anos de 1990, quando o Brasil, orientado pelos Organismos Internacionais, via na educação um dos entraves para o desenvolvimento do país.

O PARFOR se constitui em uma ação em conjunto com a CAPES, e entre seus principais objetivos estão:

- Fomentar a oferta de cursos de licenciatura cujas propostas pedagógicas atendam às especificidades da formação inicial de professores em serviço;
- Oferecer aos professores da rede pública de educação básica oportunidade de acesso à formação específica de nível superior em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam;
- Estimular a aproximação entre a educação superior e a educação básica, tendo a escola onde o professor trabalha como espaço privilegiado de formação e de pesquisa. (Site oficial do INEP, 2024).

Dessa maneira, a partir da criação do Programa, a CAPES passou, então, a ofertar cursos de licenciatura aos professores em exercício nas redes públicas de Educação Básica, buscando “induzir e fomentar a oferta de Educação Superior (ES), gratuita e de qualidade, para professores em exercício nas redes públicas de educação básica.” (CAPES, 2023). Desde sua implantação em 2009, o PARFOR teve grande demanda em todo o Brasil, conforme relatórios oficiais da CAPES de 2023, até ano de 2022 foram 3.043 turmas implantadas com a política do PARFOR, contabilizando um total de 100.408 matrículas efetivadas. Até 2021, se teve um quantitativo de 2.892 mil turmas concluídas, contabilizando um número de 60.780 mil professores já formados.

Em 1995 havia pelo menos 827,72 professores exercendo a profissão na Educação Básica sem a formação que estabelece a LDB/1996, e tendo o PARFOR formado entre 2009-2022 um total de 60.780, pode-se dizer que após 26 anos da LDB, o quantitativo ainda está aquém do esperado. A análise é de apenas uma das políticas de formação de professores, mas entende-se que os resultados precisam ser maiores para alcançar a exigência da Lei.

Em dados oficiais do INEP de 2023, consta que havia 250.897 mil professores matriculados no PARFOR em 2012, número que foi reduzido a 8.972 mil no ano de 2022, uma queda no número de matrículas que ocorre desde 2013, quando este número saiu de 250.897 mil em 2012 para 141.369 mil, uma redução de 44%. Houve aumento somente em 2018, de 109 matrículas em 2017 para 7.576 mil. Quanto a 2018, considera-se o contexto político desenhado a partir de 2016, e que pode ter refletido em ações para manter o

Programa. Ocorre que “combalida ao final de treze anos no poder, a coalizão petista foi vencida [pela] ‘nova direita’ que, associada a outras vertentes políticas, organizou com apoio jurídico, parlamentar e midiático o golpe de 2016.” (Freitas, 2018, p. 15).

Analisa-se que se buscou dar fôlego aos Programas, talvez para mostrar sucesso na “nova ordem” e com isso, o PARFOR não poderia ter número de concluintes tão inexpressivo. Era preciso ampliar o acesso e para isso, foram realinhadas normativas, como a portaria n. 82/2017 (Brasil, 2017), que regulamentou a responsabilidade das secretarias estaduais e municipais pelo apoio financeiro aos professores no PARFOR. Esse apoio pode ter se refletido na maior procura por matrículas, que acabou caindo novamente a partir de 2019.

Se por um lado o auxílio financeiro atraiu alunos, por outro, as normativas podem ter reduzido as matrículas. Em 2021, por exemplo, a portaria n. 220 (Brasil, 2021), estabeleceu que os alunos do PARFOR deveriam atuar na área do curso pleiteado, a exigência não constava nos primeiros editais, cujos requisitos eram vinculação na rede pública de Educação Básica e exercício do magistério sem curso de licenciatura. Desse modo, poder-se-ia atuar em um componente, mas escolher outro para cursar. A alteração pode ter restringido o acesso, ocasionando decréscimo no número de matrículas em 2022 (6.863).

Ressalta-se que somente supõe-se os motivos da redução de matrículas e baixo número de concluintes, mas nos trabalhos científicos, verifica-se alguns entraves como determinantes para tais números, como constata Marques (2016), que analisou o PARFOR/Amazonas e concluiu que o reduzido acesso e alta desistência se relacionavam a problemas de internet; falta de informações diretas ao professor e dificuldades na utilização da plataforma Freire, que orienta o programa. Dessa maneira, para compreender integralmente o programa de formação, deve-se buscar o exercício contextual tanto histórico e político, como de suas normativas, pois somente os dados numéricos não dão conta de revelar os reais motivos dos decrescentes números em relação a matrícula.

CONCLUSÃO

Os dados mostram a transmutação do PARFOR de Programa Emergencial a programa efetivo na educação, pois mesmo com o baixo acesso e número reduzido de concluintes neste processo, o Programa tem se organizado significativamente ao longo dos anos para estimular os professores a ingressarem no Ensino Superior. Assim, o PARFOR se constitui como via de acesso a esta etapa de ensino, descaracterizando o “emergencial” que ainda figura em sua descrição oficial.

REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, V. R. **Tempos de fazer, saber e aprender: o Parfor da Universidade de Sorocaba**. 2017. Revista Avaliação, Campinas, Sorocaba, v.2, n.2, p. 529-543, jul. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/3052/2710>.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm.

BRASIL. **Decreto n. 6.755**, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php>

BRASIL. **Portaria n. 82**, de 17 de abril de 2017. Regulamento do Programa PARFOR. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/24082017-portaria-82-2017-regulamento-parfor-pdf>.

BRASIL. **Portaria n. 220**, de 21 de dezembro de 2021. Dispõe sobre regulações do PARFOR. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=7666>.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/parfor>

FONSECA, João José Saraiva da Fonseca. **Metodologia da pesquisa científica**. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, 2002.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da Educação**: Nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental**. Porto, Universidade de Algarve, 2006.

MARQUES, M. P. **Acesso e Permanência dos Professores da rede estadual do Amazonas no Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR)**. 152p. 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública), Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/4499>.

SOUZA, G. P. **Inimigos públicos: ensaios sobre a mercantilização da educação**. São Paulo: Usina editorial, 2017.